



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Hgr

1

Manoel

125/2017

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO PARA
DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DIFERENCIADOS (ECOPONTOS),
PELO VALOR GLOBAL DE 36.345,00€, AO QUAL ACRESCE O IVA
À TAXA LEGAL.**

Aos dezoito dias do mês de abril do ano 2017, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **OVO SOLUTIONS – SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, com sede na Rua dos Tanoeiros, Lote 48, Zona Industrial da Moita, com o capital social de 500.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 508874211, representada por **HENRIQUE MANUEL PAIVA JACINTO**, portador do cartão de cidadão número 08423325-7ZY5, emitido pela República Portuguesa e válido até 18 de setembro de 2019, contribuinte número 191498238, na qualidade de vogal do conselho de administração e procurador, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente e procuração datada de 9 de outubro de 2014, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **4 de abril de 2017**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 44, II Série de 2 de março de 2017, foi adjudicado à firma **OVO SOLUTIONS – SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, o fornecimento de “**EQUIPAMENTO PARA DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DIFERENCIADOS (ECOPONTOS) – Lote 1**”, pelo valor global de 36.345,00€ (trinta e seis mil trezentos e quarenta e cinco euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.10.01**;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

HDS

2

fac

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **5221** e LCPA n.º **6770** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de equipamentos para a deposição de resíduos diferenciados (ecopontos) - **Lote 1 - fornecimento de contentores metálicos de superfície, de grande capacidade para recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos**, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do caderno de encargos; -----

TERCEIRA: O fornecimento será efectuado numa única entrega no prazo de 45 dias seguidos, após o envio por parte da Edilidade do "lay-out" dos vinis em formato digital;---

QUARTA: O fornecimento inclui a entrega nas instalações sitas no Parque de Serviços Urbanos da Franqueada, em Loulé, ou noutro local do Concelho de Loulé que venha a ser indicado, pelos serviços competentes, sendo as despesas inerentes ao transporte da inteira responsabilidade do fornecedor, sem que tal represente qualquer custo adicional para a Edilidade.-----

O fornecedor deverá dispor dos meios necessários à completa descarga dos bens a entregar, para o local de entrega;-----

QUINTA: O fornecedor garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade;-----

SEXTA: O fornecedor obriga-se a entregar à Edilidade os bens objecto de contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no caderno de encargos. Os bens objecto de contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;-----

É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens. O fornecedor é responsável perante a Edilidade por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.-----

SÉTIMA: A Divisão de Limpeza e Higiene Pública, representada por quem vier a ser nomeado para o efeito, procederá à certificação da entrega dos bens fornecidos tanto no que diz respeito às quantidades como em relação à conformidade com a



Histo

MC 2

documentação técnica do fornecimento bem como relativamente a outras condições do fornecimento, no prazo de 3 dias úteis a contar do dia seguinte ao da entrega. Sempre que a Edilidade tenha dúvidas quanto à qualidade do fornecimento, pode tornar obrigatória a realização de ensaios, acordando previamente, se necessário, com o adjudicatário sobre as regras a adotar. Em caso de rejeição definitiva de bens fornecidos, é da inteira responsabilidade do fornecedor a sua remoção do local onde se encontrem acondicionados, bem como todas as despesas inerentes ao seu transporte, deposição, ou reciclagem. É ainda da inteira responsabilidade do fornecedor a entrega das correspondentes quantidades de bens, à Edilidade, nas condições e prazo indicados.-----

OITAVA: O prazo de garantia é de 2 anos conforme proposta do fornecedor;-----

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 12 da Parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

DÉCIMA: A quantia devida será paga no prazo de 60 dias após a receção da respectiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou que venha a ser acordado acrescido de prorrogações legais ou graciosas que venham



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Hjt

4

2
AAC

a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da encomenda em atraso, de montante a fixar nos seguintes termos:-----

- 2% no primeiro dia de atraso;-----
- +4% no segundo dia de atraso;-----
- +6% no terceiro dia de atraso;-----
- +8% por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36%;-----

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Edilidade pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual. Ao valor da pena pecuniária referida são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da primeira parte desta cláusula, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Edilidade tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Edilidade exija uma indemnização pelo dano excedente. Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega dos bens se encontra cumprido na data do fornecimento da totalidade dos bens encomendados, desde que se encontrem aceites.-----

DÉCIMA SEGUNDA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

- a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 20 dias seguidos;-----
- b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo fornecedor;-----

O direito de resolução referido exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

5

Hgto
J. Ruca

DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

No caso acima previsto, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Edilidade que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.-----

A resolução do contrato nos termos referidos não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA QUARTA: A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA QUINTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA SEXTA: A Divisão de Higiene Pública e Resíduos Sólidos (DHPRS) tem implementado um Sistema de Gestão Integrado (SGI), cujo âmbito se aplica a todos os seus fornecedores e seus subcontratados, pelo que estes ficam obrigados a cumprir os seus requisitos, obrigando-se assim o fornecedor a cumprir os requisitos constante no ponto 3 da Parte II – Clausulas Técnicas do caderno de encargos, que aqui se dá como reproduzido;-----

DÉCIMA SÉTIMA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 4 de abril de 2017, e aceite pela representada do segundo outorgante.---

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário.-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Handwritten signature]

O SEGUNDO OUTORGANTE,

[Handwritten signature] **OVO Solutions - Soluções Ambientais, S.A.**

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

[Handwritten signature]